



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE COPAS NOS ESCRITÓRIOS, INSTALAÇÕES E DEPENDÊNCIAS DA ITAIPU, LOCALIZADOS NA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU - (UHI) E FOZ DO IGUAÇU/PR- (FI)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0794/2024**

**ÁGIL SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 26.427.482/0001-54, neste ato, representada pelos abaixo assinados, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO N.º 0794/2024** pelas razões que passa aduzir.

<b>I. DA SÍNTESE DOS FATOS</b>
--------------------------------

A **Recorrente** entende pela **IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL**, pois o Edital prevê como o OBJETO a contratação dos serviços de operação de copas e serviços correlatos nos escritórios, instalações e dependências da ITAIPU, localizados na Usina Hidrelétrica de ITAIPU - (UHI) e Foz do Iguaçu/PR - (FI), conforme previsto no edital. Importante mencionar a proposta com um somatório de itens, no período de 30 meses:

QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GERAL DA PROPOSTA (30 Meses)					
Item 1	Descrição	Quantidade de Postos/Serviços e Horas/Mês ( A )	Quantidade de Meses (B)	Valor Unitário R\$ ( C )	Valor Total Proposta (R\$) ( D ) = ( A X B X C )
A	POSTO "A" COPEIRO(A) 44 horas semanais (Segunda a sexta-feira)	38	30	7.154,49	R\$ 8.156.113,91
B	POSTO "B" SUPERVISOR (A) 44 horas semanais (Segunda a sexta-feira)	1	30	9.106,86	R\$ 273.205,85
C	POSTO "C" AUXILIAR MULTIFUNCIONAL 44 horas semanais	1	30	7.470,95	R\$ 224.128,51
D	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto A - 50%	40	30	41,58	R\$ 49.900,04
E	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto A - 100%	10	30	55,44	R\$ 16.633,35
F	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto B - 50%	10	30	60,42	R\$ 18.125,67
G	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto B - 100%	5	30	80,56	R\$ 12.083,78
H	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto C - 50%	10	30	45,36	R\$ 13.608,15
I	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto C - 100%	5	30	60,48	R\$ 9.072,10
SUBTOTAL ITEM 1 ( A + B + C + D + E + F + G + H + I )					R\$ 8.772.871,37
Item 2	Descrição	Quantidade de máquinas (A)	Quantidade de Meses (B)	Valor Unitário R\$ ( C )	Valor Total Proposta (R\$) ( D ) = ( A X B X C )
J	Máquinas automáticas de café	10	30	618,00	R\$ 185.400,00
	Tipos de bebidas	Quantidade mensal de doses	Preço unitário (R\$)	Quantidade de meses	Valor Total Proposta (R\$) ( D ) = ( A X B X C )
K	Café curto (dose de 50 ml)	1200	0,48	30	17.280,00
L	Café longo (dose de 100 ml)	1000	0,48	30	14.400,00
M	Café com leite (dose de 100 ml)	3600	0,95	30	102.600,00
N	Chá (dose de 100 ml)	900	0,48	30	12.960,00
SUBTOTAL DO ITEM 2 (J+K + L + M + N)					R\$ 332.640,00
Item 3	Descrição	Valor mensal estimado R\$	Quantidade de Meses (B)	Valor Total Proposta (R\$) ( D ) = ( A X B X C )	
O	Frutas	4165,92	30	R\$ 124.977,60	
P	Gêneros Alimentícios	6679,79	30	R\$ 200.393,70	
SUBTOTAL ITEM 3 (O + P)					R\$ 325.371,30
Item 4	Descrição	Valor por manutenção R\$	Quantidade de Meses (B)	Quantidades de limpezas/mês	Valor Total Proposta (R\$) ( D ) = ( A X B X C )
Q	Limpeza de Coifas	700,00	30	1,666666667	R\$ 35.000,00
R	Limpeza de Depuradores	700,00	30	3,333333333	R\$ 70.000,00
SUBTOTAL ITEM 4 (Q+ R)					R\$ 105.000,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (ITEM 1 + 2 + 3 +4)					R\$ 9.535.882,67

QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GERAL DA PROPOSTA (30 Meses)					
Item 1	Descrição	Quantidade de Postos/Serviços e Horas/Mês (A)	Quantidade de Meses (B)	Valor Unitário R\$ (C)	Valor Total Proposta (R\$) (D) = (A X B X C)
A	POSTO "A" COPEIRO(A) 44 horas semanais (Segunda a sexta-feira)	38	30	7.154,49	R\$ 8.156.113,91
B	POSTO "B" SUPERVISOR (A) 44 horas semanais (Segunda a sexta-feira)	1	30	9.106,86	R\$ 273.205,85
C	POSTO "C" AUXILIAR MULTIFUNCIONAL 44 horas semanais	1	30	7.470,95	R\$ 224.128,51
D	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto A - 50%	40	30	41,58	R\$ 49.900,04
E	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto A - 100%	10	30	55,44	R\$ 16.633,35
F	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto B - 50%	10	30	60,42	R\$ 18.125,67
G	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto B - 100%	5	30	80,56	R\$ 12.083,78
H	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto C - 50%	10	30	45,36	R\$ 13.608,15
I	Estimativa de Horas Extraordinárias Posto C - 100%	5	30	60,48	R\$ 9.072,10
SUBTOTAL ITEM 1 (A + B + C + D + E + F + G + H + I)					R\$ 8.772.871,37
Item 2	Descrição	Quantidade de máquinas (A)	Quantidade de Meses (B)	Valor Unitário R\$ (C)	Valor Total Proposta (R\$) (D) = (A X B X C)
J	Máquinas automáticas de café	10	30	618,00	R\$ 185.400,00
	Tipos de bebidas	Quantidade mensal de doses	Preço unitário (R\$)	Quantidade de meses	Valor Total Proposta (R\$) (D) = (A X B X C)
K	Café curto (dose de 50 ml)	1200	0,48	30	17.280,00
L	Café longo (dose de 100 ml)	1000	0,48	30	14.400,00
M	Café com leite (dose de 100 ml)	3600	0,95	30	102.600,00
N	Chá (dose de 100 ml)	900	0,48	30	12.960,00
SUBTOTAL DO ITEM 2 (J+K + L + M + N)					R\$ 332.640,00
Item 3	Descrição	Valor mensal estimado R\$	Quantidade de Meses (B)	Valor Total Proposta (R\$) (D) = (A X B X C)	
O	Frutas	4165,92	30	R\$ 124.977,60	
P	Gêneros Alimentícios	6679,79	30	R\$ 200.393,70	
SUBTOTAL ITEM 3 (O + P)					R\$ 325.371,30
Item 4	Descrição	Valor por manutenção R\$	Quantidade de Meses (B)	Quantidades de limpezas/mês	Valor Total Proposta (R\$) (D) = (A X B X C)
Q	Limpeza de Coifas	700,00	30	1,666666667	R\$ 35.000,00
R	Limpeza de Depuradores	700,00	30	3,333333333	R\$ 70.000,00
SUBTOTAL ITEM 4 (Q+ R)					R\$ 105.000,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (ITEM 1 + 2 + 3 + 4)					R\$ 9.535.882,67

Ocorre que tal edital, com a devida vênia, contém um erro substancial, que atenta contra sua regularidade, **A proposta totaliza R\$ 9.535.882,67 para um período de 30 meses, considerando todos os itens e serviços especificados nos itens 1 a 4.**

**Imperioso relatar ainda que, o devido edital preve os seguintes pontos:**

- 1- **A empresa concorrente deve possuir Certificado de Registro Cadastral (CRC) vigente, na modalidade de Cadastro Completo, para o código cadastral específico 671327 - Serviços de Operação de Copas.**
- 2- **Deve apresentar atestado de desempenho emitido por pessoa jurídica, demonstrando experiência mínima de 6 meses ininterruptos na prestação de serviços de operação de copas, com atendimento médio diário de pelo menos 100 pessoas.**

Trata-se de um objetivo que determina a Capacidade técnica, indo de encontro com a previsão legal, o que afeta a competitividade do certame.

Portanto, vejamos.

## **II. DAS RAZÕES DO RECURSO**

### **II.1) DO Certificado de Registro Cadastral (CRC) vigente, na modalidade de Cadastro Completo, para o código cadastral específico 671327 - Serviços de Operação de Copas**

No que tange a exigência de apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (Cadastramento prévio), o mesmo está em desconformidade com a Lei de Licitações. A obrigatoriedade de apresentação do CRC, restringe o número de empresas participantes da licitação, prejudicando o caráter competitivo do certame, conforme entendimento do Acórdão 2857/2013 do Plenário do TCU:

Enunciado: É ilegal a exigência, como documento de habilitação, de certificado de registro cadastral (CRC) A faculdade legal de apresentação do CRC não pode se converter em obrigação, de forma a restringir a competitividade dos certames ao conjunto de empresas cadastradas.

Os registros cadastrais destinam-se a racionalizar o processo licitatório para órgãos públicos que realizam certames com frequência, dispensando as empresas que detenham o CRC, nos termos do art. 32, § 2o, da Lei 8.666/1993, de apresentarem parte

dos documentos de habilitação listados nos artigos 28 a 31 da Lei de Licitações.

A faculdade legal de se apresentar o CRC para acelerar os procedimentos licitatórios não pode se converter em obrigação, de forma a restringir a competitividade dos certames ao universo de empresas cadastradas pelo órgão estadual. No caso concreto, apenas uma empresa, além da vencedora, participou do certame [Edital 1]. Acórdão 2857/2013-Plenário.

É cediço, que a Administração deve buscar a competitividade do procedimento licitatório, de forma que não frustre o seu caráter competitivo, possibilitando que um maior número de empresas possa participar do certame, obedecendo em especial aos Princípios da Legalidade, eficiência e Isonomia entre as licitantes.

Antes de adentrarmos no mérito do presente questionamento, necessário se faz compreender o porquê de na modalidade Tomada de Preços ser “exigido” o cadastramento prévio.

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - Concorrência;

II - Tomada de preços; III -  
convite;

[...]

§2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. [...] (grifo nosso)

O presente dispositivo foi editado com vistas a facilitar os trabalhos da Comissão de Licitação, estabelecendo o prévio cadastramento dos licitantes, evitando, inclusive, a morosidade na verificação de toda a extensa documentação por vezes exigida.

A finalidade, enfim, do certificado (CRC), ou seja, o resultado prático que se procura alcançar, é proporcionar à Comissão de Licitação ater-se exclusivamente aos pontos essenciais apenas do certificado e de maneira célere, sem prejudicar, obviamente, os prazos para recurso e outras formalidades exigidas pela Lei que rege a matéria. Atrelado a essa finalidade, podem ser citados os princípios, em especial o da legalidade e da isonomia, e ainda o julgamento das propostas apresentadas em estrita conformidade com princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Inobstante, para melhor fundamentação no julgamento do presente recurso e para compreender como se dá o funcionamento da administração pública, é

basilar comentar os princípios norteadores das regras que a regem, conforme o artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998. São eles:

Legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência e motivação.

In casu, necessário faz-se analisar o princípio da Razoabilidade, que é um princípio implícito na Constituição Federal de 1988 e pela Lei n.º 9.784/99, que vem ganhando força e relevância no estudo do Direito Administrativo e de seus atos.

Nos ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, este é um preceito que veda excessos, visando garantir a compatibilidade entre os fins e os meios de forma a evitar restrições exageradas ou abusivas, vedando imposições que acarretem obrigações, ônus ou sanções superiores àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e que possam ferir os direitos fundamentais. Assim, percebe-se a ligação entre a razoabilidade e a proporcionalidade.

Cumprе salientar, que é importante o respeito às prerrogativas da razoabilidade no Direito Administrativo. Como bem expõe Celso Ribeiro Bastos, consiste na exigência de que estes atos não sejam praticados apenas nos ditames legais, mas que guardem em seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que ditaram e os fins que se busca atingir.

Inobstante, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 dispõe que nos procedimentos licitatórios deverão ser observados os princípios constitucionais da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, bem como vedando o estabelecimento de condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, senão vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da

Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) [...] (grifo nosso)

Com essa breve introdução, conclui-se, portanto, que se deve exigir o cumprimento integral das disposições impostas pelo edital, porém, sem negar aos interessados a possibilidade de apresentarem toda a documentação no momento do certame. Proporcionar a oportunidade de participação ao maior número de interessados é o objetivo primordial da licitação, e as duas alternativas encontradas no art. 22, §2º, se forem preenchidas, habilita a qualquer interessado concorrer em busca do objeto licitado pela Administração Pública.

O CRC presta-se, portanto, em agilizar a tramitação da licitação e pode na disputa simplificar sobremaneira a fase de habilitação preliminar. Na Tomada de Preços, em princípio seria condição de ingresso, pois o participante deveria estar previamente cadastrado, ou providenciar a sua inscrição antes da recepção dos envelopes com as propostas dos licitantes (art. 22, § 2º).

Ocorre que, em complemento ao §2º do art. 22 da Lei nº 8.666/93, por meio da Lei nº 8.883/1994, foi acrescentado o §9º ao art. 22, cujo texto assinala:

Art. 22 [...] §9º Na hipótese do §2º deste artigo, a Administração somente poderá exigir do licitante não cadastrado os documentos previstos nos arts. 27 a 31, que comprovem habilitação compatível com o objeto da licitação, nos termos do edital.

A leitura conjunta dos dispositivos (§§2º e 9º do art. 22 da Lei nº 8.666/93) dá conta de que a tomada de preços admite a participação de licitantes cadastrados e não cadastrados. O não cadastrado, caso deseje participar da licitação na condição de cadastrado, deve protocolar o pedido, com a documentação pertinente, até três dias úteis antes da abertura da licitação. CASO ESTE MESMO INTERESSADO DESEJE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO SEM O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, PODERÁ FAZÊ-LO APRESENTANDO SOMENTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL.

A regra do §2º do art. 22 da Lei nº 8.666/93, visa possibilitar o aumento de potenciais participantes nos certames licitatórios, estendendo a possibilidade aos não cadastrados. Então, interpretações restritivas devem ser afastadas, sob pena de prejuízo ao fim maior que a norma pretendeu atingir.

Desta maneira, a exigência de apresentação de CRC ou de documento de outra denominação que funcione como registro prévio de fornecedores é restritiva se não houver previsão de que, no momento da sessão, interessados que não realizaram seu cadastro no banco de dados da entidade promotora da licitação possam, alternativamente, apresentar sua documentação e ser considerados aptos a participar do procedimento.

**II.2 Do atestado de desempenho emitido por pessoa jurídica, demonstrando experiência mínima de 6 meses ininterruptos na prestação de serviços de operação de copas, com atendimento médio diário de pelo menos 100 pessoas**

Em uma breve análise ao edital, este prevê a capacidade técnica para a realização da proposta com período exigido.

A Lei 14.133/21, de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil, estabelece que os atestados de capacidade técnica são fundamentais para empresas que desejam participar de licitações. Esses atestados comprovam que a empresa já prestou serviços ou forneceu produtos semelhantes aos que estão sendo licitados, demonstrando sua experiência e competência.

No entanto, é importante que as exigências de capacidade técnica sejam razoáveis e proporcionais ao objeto da licitação. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem jurisprudência que afirma que tais requisitos devem ser pertinentes e não restritivos à competitividade, conforme entendimento do próprio tribunal do Estado:

APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS QUE INIBEM A COMPETITIVIDADE. AFRONTA À LEI DE LICITAÇÕES. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA. APELO DESPROVIDO. (TJPR - 5ª C. Cível - 0015286-02.2019.8.16.0173 - Umuarama - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 13.10.2020)

(TJ-PR - REEX: 00152860220198160173 Umuarama 0015286-02.2019.8.16.0173 (Acórdão), Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 13/10/2020, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/10/2020)

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, no seu artigo 30, parágrafo 5º, relata sobre a vedação de capacidade técnica com limitações de tempo:



**Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

**§ 5º** É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE 5 ANOS. VIOLAÇÃO AO § 5º, ART. 30 DA LEI Nº 8.666/93. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, RAZOABILIDADE E COMPETITIVIDADE. . A exigência de comprovação, para fim de qualificação técnica, de tempo de experiência dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto afronta o disposto no art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93 assim como atenta aos princípios da razoabilidade, da isonomia e da competitividade.

(TRF-4 - APL: 50068644120154047001 PR 5006864-41.2015.404.7001, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 31/08/2016, QUARTA TURMA)

E M E N T A MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA, DE EMPREITADA GLOBAL – DISPONIBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE REPROGRAFIA DESTINADAS À EXTRAÇÃO DE CERCA DE 3.900.000 (TRÊS MILHÕES E NOVECENTAS MIL) CÓPIAS ANUAIS, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR ATÉ 48 MESES. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA. LEGALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1 – Questão controvertida que consiste em definir se é legal a exigência de comprovação de experiência de três anos na área de prestação serviços de reprografia, de empreitada global – prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa consiste na disponibilização e instalação de equipamentos, software de gerenciamento, manutenção e fornecimento de suprimentos, conforme descrição dos serviços no edital – em máquinas de reprografia destinadas à extração de cerca de 3.900.000 (três milhões e novecentas mil) cópias anuais, considerando um contrato de 12 meses de duração, com possibilidade de prorrogação por até 48 meses. 2 – A orientação que vem prevalecendo no Superior Tribunal de Justiça e nesta Corte é a de que a exigência, prevista no edital, de apresentação de atestados que comprovem a experiência anterior dos

participantes na prestação dos serviços objeto da licitação não é ilegal, pois que é uma forma de demonstrar sua capacidade técnico-operacional segundo os critérios discricionariamente estabelecidos pela Administração para a execução eficiente dos serviços. Precedentes. 3 – Caso em que, na fase de habilitação, a impetrante logrou comprovar dois anos de experiência na área, inferior ao exigido no edital. 4 – Apelação não provida.

(TRF-3 - ApCiv: 00022978420164036115 SP, Relator: Desembargador Federal NERY DA COSTA JUNIOR, Data de Julgamento: 29/03/2022, 3ª Turma, Data de Publicação: Intimação via sistema DATA: 25/04/2022)

Por todos esses motivos, e em respeito ao princípio da ampla participação e da legalidade, pugnamos pela legítima e necessária a alteração do instrumento convocatório por parte deste Exmo. Pregoeiro, que certamente atuará com supedâneo nas normativas atuais, e retirará as exigências desnecessárias que restringirão a participação de mais concorrentes no certame.

As referidas exigências do Edital também não se apresentam compatíveis com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem orientar os atos da Administração Pública, ao passo que representam restrições excessivas capazes de reduzir e restringir o universo de participantes do certame e ainda violar a isonomia entre potenciais licitantes, conseqüentemente, acarretando relevante redução da capacidade de obtenção da proposta mais vantajosa tanto para a própria Administração quanto para o interesse público.

Razão pela qual, em vista que o edital exige **atestado de desempenho emitido por pessoa jurídica, demonstrando experiência mínima de 6 meses e certificado CRC o que restringe a competitividade do certame**, haja vista que tal exigência fere a ampla participação.

### III. ANTE AO EXPOSTO, REQUER-SE

- o recebimento da Presente Impugnação, devendo ser julgada totalmente procedente; e
- Por fim, requer-se que seja determinada nova publicação do edital ora impugnado, por força do **Art. 55. § 1º Lei 14.133/21.**

Nestes termos, pede deferimento.

Em 19 de julho de 2024.

GIZELLY LIMA MAVIGNO  
OAB/PE 58840  
DEPARTAMENTO JURIDICO  
AGIL LTDA

*RAFAEL NIVALDO PORTO DA ROSA  
BACHAREL EM DIREITO  
DEPARTAMENTO JURÍDICO  
AGIL SERVIÇOS LTDA*

*ANDRÉ LUÍS ALBERTI LAMADRIL  
OAB/RS 104.614  
DEPARTAMENTO JURIDICO  
AGIL LTDA*